

## TRADUÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

OFIR BERGEMANN DE AGUIAR  
(UFGO)

### ABSTRACT

This article aims to demonstrate how minority language speakers have used the translation of literary works as a means to preserve their national identity and to ensure the survival of their language. Five studies related to the subject are herein considered. Judith Woodsworth (1996) analyses the translation into contemporary Scots of *Les belles-soeurs*, by Québec playwright Michel Tremblay, and the translation into Romansch of *The House at Pooh Corner*, by A. A. Milne, a British author of books for children. Michael Cronin (1995) investigates issues concerning an anthology of poems performed by contemporary Irish poets. Harish Trivedi (1997) discusses the translation of Anatole France's *Thais* to Hindi. Nayak & Mohapatra (1997) examine the adaptation of Charles Dickens' *A Tale of Two Cities* to Oriya. In all these works, translation was not simply a means of communication. It was rather a political act, an attempt to strengthen the minority language and culture.

O atual século XX tem sido um tempo de descolonização lingüística e de redefinição de fronteiras tradicionais. Línguas minoritárias e vernáculos, ou formas não-padrão de línguas majoritárias mundiais, têm adquirido uma nova importância e a tradução para essas línguas tem sido freqüentemente associada a esforços para garantir e promover culturas minoritárias. (Woodsworth, 1996, p.212, minha tradução)

Línguas minoritárias ou – preferindo expressões politicamente corretas – “línguas de difusão limitada” ou “línguas menos usadas” (Woodsworth, 1996, p.235) constituem sistemas lingüísticos de menor prestígio e *status* em relação aos demais (Mello, 1999, p.38). O qualificativo “minoritária”, afirma Romaine (1995, p.323), é um simples eufemismo para “dominada”. Trata-se da manifestação lingüística do acesso desigual ao poder em uma comunidade. O conceito de minoria, acrescenta Cronin (1995, p.86-89), é dinâmico e não estático. Expressa uma relação e não uma essência.

Essa relação pode ser diacrônica ou espacial, continua Cronin. Uma língua pode deter uma posição majoritária e perdê-la após um certo tempo. Uma língua pode deter uma posição minoritária em um território e majoritária em outro.

A relação diacrônica remete à experiência histórica que desestabiliza as relações lingüísticas no interior de um mesmo território, deixando as línguas em assimetria, uma em relação à outra, ou alterando sua posição, isto é, a minoritária passa a ser majoritária, ou vice-versa, como se deu na Irlanda. O inglês foi, nesse país, uma língua minoritária por muito tempo, até que, nos séculos XVI e XVII, políticas expansionistas dos Tudor e dos Cromwell provocaram a submissão do povo irlandês – submissão que se deu tanto

no plano militar como no cultural e no lingüístico. A erosão da língua irlandesa teve prosseguimento no século seguinte em virtude de forças econômicas, políticas e sociais, sobretudo da Grande Fome da década de 1840, que dizimou ou expulsou metade dos falantes desse idioma.

A relação espacial distingue-se da diacrônica por resultar de um realinhamento das fronteiras nacionais, como ocorreu com o russo. Essa língua tornou-se minoritária na maioria das repúblicas bálticas com o desmembramento da União Soviética, que deixou muitos falantes do russo de fora de suas fronteiras. Continua a ser majoritária, no entanto, em outras regiões, não correndo tanto risco de desaparecer.

Todas as línguas são potencialmente minoritárias, conclui, então, Cronin, uma vez que as circunstâncias políticas, econômicas e sociais raramente são estáticas.

Este trabalho destaca três línguas minoritárias européias (o escocês, falado na Escócia; o romanche, falado na Suíça; e o gaélico, falado na Irlanda) e duas línguas índicas (o hindí – hoje língua nacional – e o oria), a fim de demonstrar como a tradução de textos literários tem sido empregada pelos falantes desses idiomas como instrumento de preservação da identidade nacional e de sobrevivência da própria língua.

## O ESCOCÊS

O escocês é uma das línguas faladas na Escócia, assim como o inglês e o gaélico. É usado por aproximadamente 3 milhões de pessoas que também falam a língua majoritária, o inglês – pois o bilingüismo constitui um preço a ser pago pela maioria dos falantes de línguas minoritárias, que não conseguem realizar todas as atividades quotidianas no seu próprio sistema lingüístico (Romaine, 1995, p.322). Não conta com direitos constitucionais. Já deteve o *status* de língua oficial, mas acontecimentos políticos e religiosos provocaram seu declínio. A *Union of Crowns*, em 1630, e a *Union of the Parliaments*, em 1707, assim como reformadores escoceses dependentes do apoio da Inglaterra, determinaram a substituição do escocês pelo inglês como língua da corte, da administração e da Igreja. Cabe mencionar que o escocês não tem sido adotado como língua de instrução, que não há jornais escritos nesse idioma e que há raras transmissões em escocês nas rádios e emissoras de televisão. Trata-se, portanto, de uma língua ameaçada de extinção, lembrando as palavras de Romaine:

As línguas deveriam ser consideradas recursos naturais, que podem ser desperdiçados ou protegidos. Como espécies em perigo, as línguas sob ameaça podem morrer, a menos que sejam protegidas. (1995, p.322, minha tradução)

Esforços têm sido observados, contudo, no sentido de salvar o escocês. Sobressaem-se as atividades do centro de pesquisa de Perth, que coleta, armazena e divulga material sobre a língua escocesa. Também as ações de algumas autoridades da área da educação, que buscam, desde 1993, encorajar o uso do escocês nas escolas primárias e secundárias.

Comenta-se aqui a tradução da peça *Les belles-soeurs*, do dramaturgo quebequense Michel Tremblay, realizada em 1979, por Bill Findlay, canadense de origem escocesa, e

Martin Bowman, escocês. Esse texto constitui um exemplo de tais iniciativas, assim como uma ilustração do papel institucional, político e ideológico da tradução, como mostra Woodsworth (1996), de cujo estudo foram extraídas todas as informações sobre o escocês, o romanche e as respectivas traduções examinadas neste artigo. A tradução da obra de Tremblay não foi feita para dar acesso a um texto escrito em idioma que o público não domina. Os leitores, sendo bilíngües, poderiam ter conhecimento do texto por intermédio da tradução inglesa – o que derruba a tradicional noção da tradução como a comunicação de mensagens verbais para além das fronteiras lingüístico-culturais. Nesse caso, as decisões tradutórias foram tomadas de acordo com fatores ideológicos e políticos, visando promover a identidade nacional. Uma língua constitui um critério étnico extremamente importante, assinala Romaine (1995, p.282-287), talvez o mais relevante traço cultural que age como força unificadora. “A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela”, diz Rajagopalan (1998, p.41), que não aceita, tanto para o indivíduo quanto para a língua, uma concepção de identidade pura, perfeita, estável, homogênea e plenamente totalizável, mas sim uma noção de identidade múltipla, proteiforme, em permanente estado de fluxo.

Findlay enfatizou, em ensaios teóricos, a distinguibilidade do escocês e a especificidade de uma língua como um elemento fundamental para a criação de uma identidade nacional. Juntamente com Bowman, decidiu traduzir a peça *Les belles-soeurs*, por ter sido uma das primeiras obras da literatura do Quebec em que o dialeto falado, o *joual* – o francês usado pela classe trabalhadora urbana do Quebec –, é empregado deliberadamente com propósitos ideológicos. Findlay pretendia mostrar as possibilidades do vernáculo, bem como desafiar a crença de que as peças estrangeiras precisavam ser traduzidas para a língua majoritária.

O *joual* sofre o mesmo estigma do escocês, considerado uma “sublíngua”. Parecia apropriado, portanto, traduzir *Les belles-soeurs* para a língua escocesa. O escocês da classe trabalhadora – urbano, contemporâneo, mistura de inglês e escocês, falado nas cidades da Escócia – foi adotado como equivalente do *joual*, o que resultou num texto subversivo, que refletiu o anticolonialismo cultural militante.

A intenção dos tradutores foi a de provar que o escocês pode ser usado para traduzir obras da literatura mundial.

Importa ressaltar, por outro lado, que Findlay e Bowman distanciaram-se das práticas correntes relativas à tradução de obras da literatura canadense de expressão francesa. Segundo estudos de Sherry Simon (citada por Cronin, 1995, p.98), textos que representam um Quebec não-urbano, profundamente religioso, é que são selecionados para tradução para o inglês canadense. Tal escolha reforça a visão estereotipada que os canadenses falantes de inglês têm de seus compatriotas e que acaba por afetar os próprios falantes de francês, como ocorre nos casos das demais línguas minoritárias, que passam a interiorizar essas imagens. Esclarece Cronin:

As línguas dominantes em situações assimétricas não só determinam as representações específicas da cultura da língua-fonte minoritária, mas também podem moldar a história literária de uma língua, pela seleção de tradução. (1995, p.98, minha tradução)

Portanto, os tradutores, ao verterem *Les belles-soeurs* do *joual* para o escocês, promoveram, igualmente, a língua-fonte minoritária.

## O ROMANCHE

O romanche – língua reto-românica – constitui um conjunto de línguas faladas em algumas comunas do cantão suíço dos Grisões. São variantes distintas, mas compreensíveis entre si. É usado por 39 mil habitantes, bilíngües (falam também o alemão) ou multilíngües. Diferentemente do escocês, ele é garantido pela constituição suíça, embora somente 0,8% dos suíços usem o idioma (65% falam alemão; 18,4%, francês; e 9,8%, italiano, numa população de 6,5 milhões de pessoas). Cumpre assinalar que a Suíça ilustra casos de diglossia sem bilingüismo (Fishman, citado por Romaine, 1995, p.33-38): diferentes entidades monolíngües são colocadas, lado a lado, sob proteção governamental, mas prevalece, em cada espaço territorial, o monolíngüismo.

A manutenção da pluralidade lingüística na Suíça é vista como uma condição necessária à preservação da coesão nacional, um meio de evitar a dissolução dos estados federais. A estrutura monolítica é que criaria a fragmentação social. Essa visão vai de encontro a políticas que consideram a unidade lingüística um fator imprescindível à integridade territorial. O lema da Aliança para preservação do inglês no Canadá, por exemplo, prega: “Uma língua une, duas dividem” (Romaine, 1995, p.24, minha tradução). No Brasil, menciona-se, com freqüência, a homogeneidade lingüística – desconsiderando-se as comunidades indígenas e de imigrantes – como uma das causas da integração dos diferentes espaços regionais.

O romanche, entretanto, também está ameaçado de extinção, o que agrava a atual situação de declínio da diversidade lingüística numa perspectiva global – Grosjean (citado por Romaine, 1995, p.39) concluiu que somente 11 línguas são faladas por aproximadamente 70% da população mundial. Os jovens recusam-se a utilizar o romanche. A qualidade da língua está se deteriorando. O restante da Suíça mostra-se indiferente à situação dessa cultura.

Tentativas de promoção do romanche, todavia, são feitas. Ele é ensinado como língua nacional nas universidades de Zurique, Berna e Friburgo; constitui língua de instrução em escolas primárias de algumas comunas; é o idioma de dois jornais que circulam duas vezes por semana; e conta com um fundo para publicações e atividades culturais. Apresenta-se como ilustração dessas tentativas a tradução de *The house at Pooh Corner*, por Gilbert Taggart, professor canadense de francês que passou muito tempo na Suíça e se interessa pela preservação e promoção de línguas minoritárias.

Taggart traduziu, em 1994, para o valáder – variante empregada por 20 mil falantes –, o texto acima mencionado, segundo livro da série Pooh, de A. A. Milne. A popularidade internacional do autor, célebre na literatura infantil de língua inglesa, contribuiu para determinar a escolha da obra. Cabe ressaltar que a maioria dos textos traduzidos para o romanche pertencem à literatura infantil. Essas traduções encontram consumo garantido, pois são adotadas na educação elementar compulsória que é

ministrada, na região, em romanche – diferentemente dos níveis mais avançados de estudo, em que se prefere o alemão.

O tradutor desempenhou uma tarefa incomum ao verter da sua língua, o inglês, para um idioma estrangeiro que nem mesmo era sua segunda língua. Tal trabalho foi facilitado pela colaboração de falantes do romanche. Pretendia ele conferir-lhe legitimidade ao provar que o idioma constitui uma língua apropriada para divulgar um texto de prestígio internacional. Como sustenta Woodsworth:

Ao traduzir obras que gozaram de prestígio, autoridade ou simplesmente ampla distribuição na cultura-fonte, o tradutor confere credibilidade ao texto na língua-meta e à própria língua-meta. (...) A tradução é um instrumento de fortalecimento da língua e da cultura minoritárias, de ajuda para garantir sua sobrevivência, e portanto de promoção da identidade nacional (...). (1996, p.235, minha tradução)

## O GAÉLICO IRLANDÊS

No caso do gaélico irlandês, que perdeu sua posição de prestígio para o inglês, como mencionado no início deste trabalho, o exemplo aqui apresentado (extraído de Cronin, 1995) de tradução como meio de preservação de uma língua e cultura minoritárias se dá em direção oposta. A partir de 1986, observou-se uma voga de tradução poética do irlandês para o inglês – da língua minoritária para a majoritária, portanto. Desde a independência da Irlanda, a política governamental previra a tradução de textos da literatura inglesa e europeia para o irlandês, mas não se viam esforços para produzir literatura irlandesa em inglês. A antologia intitulada *An Tonn Gheal/The Bright Wave*, editada por Dermot Bolger, composta de obras em língua irlandesa de poetas contemporâneos, com tradução inglesa, representou um marco dessa revivificação étnica.

Essas traduções fizeram parte de um programa de abertura, facilitado pelo governo, que almejava tirar poetas de uma cultura minoritária da invisibilidade do pequeno número de leitores, isto é, buscava um público maior para os escritores de língua irlandesa. Tal estratégia visava não só os leitores estrangeiros, como também os próprios irlandeses. Ao adquirirem reconhecimento internacional, os artistas passam a ser mais visitados e discutidos dentro de seu próprio país.

Esse projeto, porém, recebeu ataques. Críticos sustentavam que o irlandês seria objeto de ação predatória dos tradutores de língua inglesa, que empregariam o que Venuti (citado por Cronin, 1995, p.94) chama de estratégias de fluência na tradução, obscurecendo a diferença através da familiaridade, sacrificando um sentido de alteridade em nome da garantia de legibilidade na língua “maior”.

As críticas referiam-se também às traduções para o irlandês e remetem à relação paradoxal que as línguas minoritárias mantêm para com a tradução:

Como línguas que operam num mundo multilíngüe, com fluxos de informação altamente acelerados provenientes de línguas dominantes, precisam traduzir continuamente a fim de reter sua viabilidade e relevância como línguas vivas. Todavia, a tradução pode pôr em perigo a

própria especificidade dessas línguas que a praticam, particularmente em situações de diglossia. (Cronin, 1995, p.89, minha tradução)

Aos tradutores não são apresentadas soluções satisfatórias. Se traduzem permitindo o estranhamento provocado pela língua hegemônica – no caso do irlandês, o excesso de anglicismos, tanto no nível sintático quanto lexical –, propiciam a não-identificação da língua minoritária como uma entidade lingüística autônoma. Ela pode chegar a ser vista como uma variante da língua majoritária. Se traduzem resistindo às interferências, por meio da domesticação do texto de partida, correm o risco de presenciar uma situação estática, em que a língua não se mostra capaz de acompanhar a complexidade da vida moderna e do desenvolvimento tecnológico. Nesse caso, a tradução deixa de desempenhar seu papel de agente de regeneração da língua receptora, tendo em vista a relevância das influências estrangeiras para a evolução de um idioma. Cabe aqui lembrar o enriquecimento da própria língua inglesa mediante as traduções do francês, do latim e do italiano, realizadas por Geoffrey Chaucer (ca. 1340-1400), e a tradução da Bíblia por William Tyndale (ca. 1494-1536), que não só introduziu palavras e expressões novas no vernáculo, mas também influenciou as estruturas, o ritmo e a cadência do inglês (Delisle & Woodsworth, 1998, p.38-47).

## O HINDI

O hindi faz parte das 1652 línguas faladas na Índia (Choudhuri, 1997, p.440) e com relação a estas goza hoje de *status* majoritário. Por ocasião da independência, em 1947, a constituição reconheceu a diversidade lingüística do país mas promoveu o hindi (Ramakrishna, 1997, p.446), que deveria ser utilizado no nível nacional – aproximadamente 57% da população indiana usam o hindi para comunicação intergrupar –, ao passo que as demais línguas se restringiriam ao nível regional. Segundo Choudhuri (1997, p.440), de 30 a 40% da população de cada estado falam línguas minoritárias: dialetos tribais, línguas “menores” ou línguas “maiores” que são minoritárias em algumas regiões.

Estipulou-se, então, que o hindi deveria ser enriquecido e modernizado pela assimilação de formas, estilos e expressões do sânscrito (a língua dos textos sagrados hindus) e das diferentes línguas regionais, muitas delas não reconhecidas oficialmente. Devy (1997, p.396-397), ao tratar das tradições literárias regionais, refere-se a 85 línguas com mais de 100 mil falantes cada, cujas formas estéticas e uso são negligenciados. Choudhuri (1997, p.441-442) sustenta que a Academia Nacional de Letras relacionou, até 1994, somente 22 línguas em seu programa. Romaine (1995, p. 27) afirma que o governo indiano reconhece como línguas “maiores” somente 15 delas.

Cumprir assinalar que o censo indiano de 1981 reduziu para 107 as 1652 línguas que relacionara 20 anos antes. Uma mesma língua recebe até 47 denominações diferentes, de acordo com o grupo étnico ou religioso, aponta Romaine (1995, p.27-28). Na verdade, encontram-se aqui em jogo questões como nacionalismo, solidariedade grupar e prestígio, que vão determinar a distinção entre língua e dialeto. Conforme sustenta Mello:

Algumas variedades recebem o *status* de língua, enquanto outras recebem o de dialeto. Não há razões lingüísticas propriamente ditas para tal estratificação. As razões são de ordem ideológica, política, econômica, social, cultural etc. É pura e simplesmente uma questão de hegemonia lingüística, mas é desta forma que a variedade falada pelos grupos que se posicionam no ápice da pirâmide social adquire *status* de padrão. (1999, p.27)

Apesar de apresentarem poucas diferenças lingüísticas e serem mutuamente compreensíveis, podendo ser vistas como variantes de uma mesma língua, o norueguês e o sueco são considerados línguas distintas por razões sociais, históricas e políticas, continua Romaine. O mesmo ocorre a respeito do hindi e do urdu. Rajagopalan (1998, p.24) esclarece tratar-se de línguas tão semelhantes em sua estrutura que lingüistas chegam a propor “a idéia de postular uma única língua subjacente chamada ‘hirdu’” – hipótese que estaria fadada ao insucesso em razão “das animosidades religiosas que durante séculos legitimaram a distinção nominal”. Acrescenta o estudioso:

O hindi e o urdu são, pelas explicações oficiais, duas línguas distintas. Manuais básicos que tratam das línguas do mundo informarão que o hindi é falado na Índia e num punhado de outros países como as ilhas Maurício, Fiji, Trinidad, Suriname e Guiana, ao passo que o urdu é a língua nacional do Paquistão. A diferença entre essas línguas não é lingüística; é religiosa e geopolítica. (Rajagopalan, 1998, p.24)

Interessa mencionar que o urdu, o panjabi, o hindustani e o hindi foram agrupados por líderes hindus, após a independência da Índia, para que se ressaltasse o número de falantes do hindi – fato que indica, juntamente com a redução de 1652 línguas para 107, pelo censo de 1981, que o resultado do censo não é sempre critério revelador do perfil sociolingüístico de países como a Índia, em que as disputas lingüísticas são comuns (Romaine, 1995, p.28).

A promoção do hindi, contudo, já tivera início antes de 1947. Esteve presente na fase turbulenta da história colonial da Índia. Enquadrou-se no projeto de afirmação de uma identidade distinta. Significou um gesto de liberação do país em relação à tutela do inglês – uma estratégia de resistência cultural nacionalista. A tradução para o hindi, em 1923, do romance francês *Thaïs*, de Anatole France, examinada por Trivedi (1997), constituiu uma das armas dessa luta.

A tentativa de liberação, nesse caso, não se deve somente ao fato de o romance *Thaïs* ter sido traduzido para o hindi. Com a instituição da educação inglesa na Índia, desde 1850 vários clássicos da literatura inglesa haviam sido traduzidos para línguas índicas. A escolha de um texto que não pertencia ao cânone colonial inglês é que representou um ato político maior. Essa atitude foi repetida com várias outras traduções nos períodos pré- e pós-independência.

A criação do prêmio Nobel contribuiu para que se questionasse a supremacia da literatura inglesa, sempre difundida pelo poder imperial, pois poucos ingleses haviam sido laureados. Ademais, conferira visibilidade a autores não-ingleses (frequentemente em traduções inglesas). Os franceses foram os mais prestigiados, formando o que Trivedi (1997) denominou o “triângulo tradutivo pós-colonial”. Além de Anatole France, no período anterior à independência, Molière, Dumas, Hugo e Maupassant foram aclamados pelos seus tradutores como melhores do que qualquer escritor de outra

nacionalidade. Nos anos 50, foi a vez dos poetas simbolistas franceses. Nas décadas de 60 e 70, a dos existencialistas.

Esclarece Trivedi não se restringir aos motivos estéticos – reputação da França como a mãe de todas as artes – a escolha de textos franceses:

Após as incorretas tentativas iniciais dos portugueses e holandeses, seguiu-se, na Índia, durante a maior parte do século XVIII e no XIX, uma batalha pela supremacia colonial entre os franceses e os ingleses. (...) só em 1815, com a derrota em Waterloo, é que a possibilidade de um império francês na Índia desapareceu para sempre. (Trivedi, 1997, p.414, minha tradução).

Razões históricas e políticas, portanto, ajudam a explicar essa proximidade entre os dois países – proximidade, no entanto, à semelhança da que ocorreu com a Inglaterra, do tipo colonizador/colonizado.

A esse respeito, é importante esclarecer que o termo “pós-colonial” tem sido empregado, nos estudos atuais, em contextos variados, tratando de experiências diversas – o que, aliás, é discutível (St-Pierre, 1997, p.424). Ramakrishna (1997) o adota para designar o período que se estende desde o início da colonização até nossos dias, com o intuito de examinar as funções da tradução na formação da imagem “orientalista” da Índia, imposta pelos europeus, assim como no nacionalismo anti-colonial que respondeu à dominação britânica. Trivedi o utilizou, como se observa pelo que foi exposto acima, para discorrer sobre uma estratégia de resistência cultural nacionalista em que se recorreu a uma cultura igualmente colonizadora, a francesa.

A recepção da literatura francesa na literatura hindí, cabe acrescentar, não foi um fenômeno isolado. Constituiu parte de um movimento pan-indiano que abrangeu também outras línguas índicas como o bengali e o marati.

*Thaïs* foi traduzido por Premchand, considerado o maior romancista hindí, que, à semelhança da maioria dos escritores indianos, contribuiu para a literatura nacional não só com textos “originais”, mas também com traduções da literatura mundial, realizadas, geralmente, com base em traduções inglesas. Foi o texto escolhido por misturar três virtudes indianas: a verdade, a bondade e a beleza; por apresentar um personagem devoto da não-violência – que lembrava Gandhi, que a pregara como meio de resistência contra o império britânico – e, sobretudo, por seu tema – o orgulho e a conseqüente queda de um homem santo – possibilitar um paralelo com a mitologia indiana. Daí a alteração do título da obra, na tradução, para *Ahankara* – que significa egotismo, vaidade, orgulho – e a ênfase conferida à vertente espiritual da história. O tradutor justapõe a espiritualidade cristã (doutrina promovida pela Inglaterra) à espiritualidade indiana, mostrando a superioridade desta, no lugar do enfoque na sensualidade erótica da heroína *Thaïs*, como se vê na obra em francês.

## O ORIA

O oria é também uma língua índica. Não goza, entretanto, do prestígio do hindí. É falada por somente 3% da população indiana.

Como o hindi, todavia, o oria usou a tradução como arma de resistência ao modelo hegemônico, de promoção da identidade nacional, de sobrevivência da língua minoritária. Prova disso é o romance, escrito nos anos 40, *Athara Sa Satara*, de Godavarish Mishra, uma adaptação da obra de Charles Dickens *A tale of two cities*, examinado por Nayak & Mohapatra (1997), de onde se extraiu a análise abaixo.

Mishra adotou como estratégia o distanciamento dos temas da cultura dominante, de modo a tornar anticolonial um texto imperialista. Engajou-se na política de tradução subversiva, empregada pelos membros da cultura colonizada – que se entregavam a traduções, adaptações e reescrituras dos textos ocidentais canonizados, como resposta à exploração que o poder colonial empreendia em relação à sua herança cultural.

O autor recuperou a historicidade em sua obra, ao abordar um movimento histórico da Índia, a insurreição de 1817, que deu título ao livro (*Athara Sa Satara* significa 1817). Trata-se de uma rebelião do povo indiano contra o império britânico, organizada pela milícia oria, da província de Orissa (estado da costa leste da Índia).

A fim de eliminar a tendência de universalização do “original”, que se refere à Revolução de 1789, Mishra colocou personagens reais na ficção para interagir com personagens imaginários. Propiciou, assim, a interação entre o individual e o social, mostrando a dinâmica da revolução, e não o espaço doméstico em que domina o amor, conforme o texto de Dickens.

Cumpre esclarecer que foi inserida aqui uma adaptação para ilustrar o fenômeno da tradução como instrumento de preservação da identidade nacional porque, atualmente, os estudos da tradução têm reunido análises concernentes tanto à tradução, quanto às adaptações, às antologias, às histórias literárias etc. (Lefevre, 1992). Além disso, até hoje, não foi definido o limite de “equivalência”, ou de “similaridade”, ou de “analogia”, ou de “correspondência”, exigido entre dois textos para qualificar um deles como tradução ou adaptação do outro (Hermans, 1991) – apesar de se falar de tipos de equivalência, como a semântica (ligada ao sentido) ou a pragmática (ligada à função do texto). Em muitas culturas, por sinal, tal diferenciação não é feita e as duas práticas aparecem incluídas no mesmo termo genérico: tradução ou adaptação (Nayak & Mohapatra, 1997, p.417). As traduções egípcias de narrativas francesas, do período colonial, por exemplo, constituíam, na maioria das vezes, transposições livres e eram denominadas adaptações, arabizações ou egípcianizações, e não traduções.

No que se refere à situação da Índia, o vocábulo “reescritura” tem englobado os estudos relacionados a ambas atividades, de acordo com Nayak & Mohapatra (1997, p.417). Ressalte-se que a escritura intertextual ocupa posição de destaque, na Índia, que não adota o paradigma da historiografia literária europeia de uma única tradição dominante, mas aceita tradições paralelas, em que clássicos respeitados foram originados de tentativas de tradução (Devy, 1997, p.400-402).

Ademais, foram levadas em conta as recentes reflexões que consideram a tradução uma transformação, ressaltando a “diferença” no lugar da “equivalência”, assim como as relações de poder subjacentes ao ato tradutório (Koskinen, 1994). A tradução constitui um processo de negociação de diferenças – culturais, temporais e lingüísticas –, que ocorre em um espaço que nunca é neutro (St-Pierre, 1997, p.423), espaço em que as relações de poder entre as culturas envolvidas estão em jogo. Existe sempre uma

manipulação tendo-se em vista algum propósito; “nenhum discurso é isento de ideologia” (Koskinen, 1994, p.451, minha tradução).

Essas reflexões concebem a tradução como escritura autoral, à semelhança de Mishra, que, aliás, não explicitou em sua obra haver procedido a uma adaptação do romance de Dickens, embora qualquer leitor indiano culto fosse capaz de reconhecer a conexão. Como Nayak & Mohapatra esclarecem em nota:

ele [Mishra] nunca considerou sua atividade adaptativa como secundária ou parasitária (...) e, por essa razão, não se sentia obrigado ou constrangido a informar tratar-se de adaptação. Era também uma forma de expressão de sua independência cultural em relação ao Ocidente. (1997, p.421, minha tradução)

A adaptação oria de Dickens constitui uma tradução subversiva. A subversão na tradução consistiu em reverter a maneira eurocêntrica de abordar os textos, não aceitando a visão do colonizador, não enfraquecendo a do colonizado (Nayak & Mohapatra, 1997, p.421). Procedimento análogo tem sido adotado pelas feministas, que têm proclamado o direito de subverter textos a fim de reescrevê-los na sua língua não-patriarcal, afirmando sua própria identidade (Woodsworth, 1996, p.235).

## **TRADUÇÃO COMO MANIPULAÇÃO**

Este trabalho relacionou cinco estudos que mostram o emprego da tradução de textos literários como instrumento de promoção de línguas e culturas minoritárias. Percebeu-se, por meio deles, como a tradução pode agir na preservação da identidade nacional. Trata-se da contrapartida da tradução como instrumento de dominação política (ver Touitou-Benitah, 1995, sobre o papel de tradutores e intérpretes na colonização francesa na África do Norte).

Sempre se divulgou o papel comunicativo da tradução: a tradução serve para que leitores tenham acesso a conhecimentos transmitidos em língua que não dominam. Examinam-se, igualmente, há tempos, a tradução como estímulo e enriquecimento de culturas, pela introdução de formas estéticas e valores estrangeiros, assim como sua relevância na promoção da interação entre culturas pelo intercâmbio de textos religiosos, filosóficos, científicos e literários.

Ao estudo da tradução como instrumento de afirmação de uma identidade nacional e de legitimidade de uma língua minoritária, porém, apenas recentemente tem sido conferido espaço. Somente após as reflexões sobre a impossibilidade da existência de significados estáveis nos textos, imunes às interferências do tempo e das circunstâncias da leitura, e o questionamento das considerações sobre a tradução como imitação, reprodução idêntica ou derivação, é que esse enfoque passou a ser considerado. Conforme sustenta Arrojo:

Ao renunciar à sua posição de “remendo”, a tradução perde também sua inocência e pode começar a prestar atenção, por exemplo, nas motivações que sublinham o tipo de intervenção que realiza nos textos que escolhe transformar e disseminar. Traduzir deixa, portanto, de ser uma

atividade “inútil” ou “invisível”, que deve passar “despercebida”, e se assume como uma inevitável forma de conquista ou de tomada de poder (...). (1992, p.437)

Essa concepção não-neutra da tradução, bem como a participação do tradutor no centro de conflitos de valores, direcionaram o presente trabalho.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARROJO, R. Tradução. In: JOBIM, J. L. (1992). (Org.) *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, p. 411-442.
- CHOUDHURI, I. N. (1997). The Plurality of Languages and Literature in Translation: The Post-colonial Context. *Meta*, v. 42, n. 2, p. 439-443.
- CRONIN, M. (1995). Altered States: Translation and Minority Languages. *TTR*, v. 3, n. 1, p. 85-103.
- DELISLE, J.; WOODSWORTH, J. (1998). *Os tradutores na história*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática.
- DEVY, G. N. (1997). Literary History and Translation: An Indian View. *Meta*, v. 42, n. 2, p. 395-406.
- HERMANS, T. (1991). Translational norms and correct translations. In: VAN LEUVEN-ZWART, K.; NAAJKENS, T. (Eds) *Translation studies: the state of the art*. Amsterdam: Rodopi, p. 155-169
- KOSKINEN, K. (1994). (Mis)translating the Untranslatable: The Impact of Deconstruction and Post-structuralism on Translation Theory. *Meta*, v. 39, n. 3, p. 446-452.
- LEFEVERE, A. (1992). *Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Frame*. London: Routledge.
- MELLO, H. A. B. (1999). Diversidade lingüística. In: *...O falar bilíngüe*. Goiânia: Ed. da UFG, p. 23-41.
- NAYAK, J. K.; MOHAPATRA, H. S. (1997). Translating against the Grain: The Case of an Oriya Adaptation of Charles Dickens's *A tale of two cities*. *Meta*, v. 42, n. 2, p. 416-422.
- RAJAGOPALAN, K. (1998). O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? Tradução de Almiro Pisetta. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, p. 21-45.
- RAMAKRISHNA, S. (1997). Functions of Translation in Post-colonial India. *Meta*, v. 42, n. 2, p. 444-449.
- ROMAINE, S. (1995). *Bilingualism*. 2 ed. Cambridge, Mass.: Blackwell.
- ST-PIERRE, P. (1997). Translating Cultural Difference: Fakir Mohan Senapati's *Chha Mana Atha Guntha*. *Meta*, v. 42, n. 2, p. 423-438.
- TOUTOU-BENTAH, C. (1995). Les intermédiaires obligés du colonialisme. *Meta*, v. 40, n. 1.
- TRIVEDI, H. (1997). India, England, France: A (Post-)colonial Translational Triangle. *Meta*, v. 42, n. 2, p.407-415.
- WOODSWORTH, J. (1996). Language, Translation and Promotion of National Identity: Two Test Cases. *Target*, v. 8, n. 2, p. 211-238.